

## Algumas questões de fundo relativamente à actividade científica e tecnológica em Portugal

Ouvindo as intervenções e lendo as contribuições para o Encontro de Ciência, Tecnologia e Inovação no dia 18 de Dezembro de 2004 e, também com base em inúmeras conversas com colegas, é mais que evidente que há um alargado consenso relativamente aos principais obstáculos à evolução da actividade científica e do desenvolvimento tecnológico em Portugal. Apesar disto eu gostaria de repetir algumas ideias que considero essenciais, e também exprimir a minha opinião relativamente a duas outras cujos contornos são parecem estar ainda bem definidos:

1) ECDU: é urgente valorizar a carreira universitária e remover os obstáculos existentes à promoção por mérito absoluto, independentemente do obsoleto e injusto processo de abertura administrativa de vagas. Há também que colocar em evidência a necessidade de renovação dos quadros e um maior envolvimento com empresas e projectos internacionais. Estes fins poderiam ser obtidos através de medidas como a diminuição e flexibilização da carga horária lectiva em função da actividade científica e tecnológica, por exemplo das actuais 6 a 9 horas para algo como de 5 a 7 horas, e o aumento das actuais 4 horas para actividades extra-universitárias para 8 horas, desde que estas envolvam contratualmente empresas e organizações de investigação nacionais e/ou internacionais. As carreiras de investigação e universitária devem ser permeáveis entre si.

2) Integração de jovens doutores: devem ser as universidades os principais actores na absorção dos novos talentos. A sua contratação deve ser potenciada pelas futuras alterações na ECDU e estimulada por meio de índices de aumento de financiamento. Na verdade, a actual fórmula de financiamento do ensino superior deveria ser refinada de modo a incluir vários parâmetros de excelência (atração, quando da admissão, dos melhores alunos, daqueles em primeira opção, desempenho científico e tecnológico, etc), sem com isto comprometer o orçamento base e impedir que ocorram melhorias e transformações das universidades com pior desempenho.

3) Deve ser mantida a actual orgânica, isto é, devem manter-se integradas as competências executivas do ensino superior, da ciência e da tecnologia. Deve haver uma melhor e mais directa articulação das actividades do GRICES e da FCT.

4) As tão evidentes inflexões de natureza política devidas à alternância governativa, pode-

riam ser mitigadas caso o orçamento para a ciência e a tecnologia fosse indexado a algum imposto compulsório. Incentivos fiscais para as empresas que se interessem em contribuir directamente para o orçamento da ciência e da tecnologia deveriam também ser estudados. Há que naturalmente se evitar a desresponsabilização do governo caso certos objectivos orçamentais mínimos, a serem estipulados, não sejam atingidos. É sempre embaraçoso lembrarmos que foi em Lisboa que os países da União estabeleceram o objectivo de transformar até 2010 a Europa numa sociedade orientada pelo conhecimento científico e cultural, e que em Portugal não se vejam quaisquer medidas práticas especiais para a implementação desta visão.

Orfeu Bertolami

Instituto Superior Técnico, Departamento de Física

E-mail: [orfeu@cosmos.ist.utl.pt](mailto:orfeu@cosmos.ist.utl.pt)

<http://alfa.ist.utl.pt/~orfeu/homeorfeu.html>

27 de Dezembro 2004